

AS FORMAS DO VIVER NO SERTÃO: SISTEMAS TÉCNICOS E VIDA COTIDIANA NO EXTREMO OESTE DE MINAS GERAIS DO SÉCULO XIX

Luís Augusto Bustamante Lourenço¹

Introdução: a dimensão da técnica na Geografia Histórica

No primeiro capítulo de *A Natureza do Espaço*, obra em que faz a sistematização de seu pensamento, Milton Santos (1996) discute a importância da técnica para a apreensão do conceito de espaço. Segundo o autor, a técnica é a forma como as sociedades operam no espaço. Mas ela não é só isso: a técnica é, ela própria, um meio, isto é, as sociedades, ao utilizarem-na, criam um novo meio natural. As técnicas são os objetos que compõem o espaço, mas objetos prechos de conteúdo, isto é, só fazem sentido à medida que são usados pelos atores sociais.

Santos fala então em formas-conteúdo: os objetos (formas) só são técnicos por terem uma lógica que os aciona, arranjados num todo coerente (conteúdo). O espaço, na concepção miltoniana, seria composto por essas formas-conteúdo. Os objetos técnicos propagam-se no espaço na forma de sistemas técnicos, isto é, conjuntos de elementos técnicos historicamente datados. Toda técnica, nesse sentido, ao difundir-se ou surgir num determinado lugar, o faz segundo as condições históricas que ali operam: a técnica é a síntese da história no espaço. Nas palavras de Santos:

Toda situação é uma construção real que admite uma construção lógica, cujo entendimento passa pela história da sua produção. O recurso à técnica deve permitir identificar e classificar os elementos que constroem tais situações. Esses elementos são os dados históricos e toda técnica inclui história. Na realidade, toda técnica é história embutida. Através dos objetos, a técnica é história no momento da sua criação e no de sua instalação e revela o encontro, em cada lugar, das condições históricas (econômicas, sócio-culturais, políticas, geográficas) que permitiram a chegada desses objetos e presidiram à sua operação. A técnica é tempo congelado e revela uma história (1996, p. 40).

¹ Doutorando em Geografia Humana pela Universidade de São Paulo
Endereço eletrônico: luaugbustamante@hotmail.com

O autor afirma que o tempo dos sistemas técnicos não é único, e nem estes se impõem homogeneamente no espaço: num mesmo território, podem coexistir diferentes sistemas técnicos, com ritmos temporais diferentes. Às vezes, um sistema técnico de tempos rápidos torna-se dominante, mas sistemas de tempos lentos podem resistir nos interstícios (SANTOS, 1996). A essas sobrevivências de sistemas técnicos antigos, de tempos lentos, Santos chama rugosidades, conceito que lembra as *cultural relicts* de Sauer (2002). Mapear e entender a dinâmica de tais rugosidades – um trabalho que Santos compara ao do arqueólogo – pode ser um passo metodológico eficaz na compreensão de sistemas técnicos dominantes em outras épocas.

A abordagem que propomos para o nosso objeto de estudo – a região do Triângulo Mineiro entre os séculos XVIII e XIX, período em que foi ocupada pela sociedade luso-brasileira colonial – passa pela categoria da espacialidade – a forma particular, historicamente produzida, com que cada sociedade produz espaço. Entender essas espacialidades consiste, principalmente, em entender a lógica do conjunto de objetos técnicos que essas sociedades produziram. Tais objetos técnicos – que em conjunto formam os sistemas técnicos – são a cristalização da História. Por isso, entender sua gênese, difusão e lógica é etapa essencial ao estudo da formação histórica da região.

Neste trabalho, propomo-nos a compreender a gênese e a dinâmica de algumas das técnicas usadas pelos colonos do Triângulo Mineiro, na primeira metade do século XIX, principalmente aquelas ligadas à reprodução cotidiana de suas existências. Usamos três fontes nessa reconstituição: os relatos dos viajantes joaninos, as descrições dos objetos técnicos constantes nos inventários *post mortem* da vila de Uberaba entre 1822 e 1861, e depoimentos de antigos moradores da região. Esses depoimentos foram coletados num esforço de mapear as rugosidades — isto é, sobrevivências, até tempos recentes, de técnicas antigas — que pudessem revelar a lógica do sistema técnico produzido pelos *geralistas*² no século XIX, no Triângulo Mineiro.

Os imigrantes geralistas colonizaram a região do Triângulo dispondo de um sistema técnico engendrado na região central de Minas, ao longo do século XVIII. Teve, contudo, de sofrer adaptações ao ambiente do Cerrado, algo distinto das montanhas mineiras onde surgiu.

A região aurífero-metalúrgica de Minas Gerais, descoberta e colonizada em seus primórdios por paulistas de São Paulo e Taubaté, recebeu posteriormente um intenso afluxo de imigrantes baianos, pernambucanos, cariocas, portugueses e açorianos. Simultaneamente, centenas de milhares de escravos africanos foram traficados para a

² Nome dado aos colonos luso-brasileiros vindos da região central da capitania de Minas Gerais

região e, além deles, um grande número de índios foram aldeados e escravizados, desde os tempos dos paulistas.

Esse *melting pot* de influências gerou uma cultura que herdou técnicas de todos esses grupos. Estes, ao oferecerem uma gama variada de opções, advindas de culturas distintas, deram ampla flexibilidade às formas de exploração daquele ambiente de floresta e campos sobre montanhas. Esse “pacote” de técnicas, assim geradas, foi usado posteriormente na instalação de uma economia agropastoril na comarca do Rio das Mortes, na segunda metade do século XVIII, e no início do século XIX, no Alto Paranaíba e Triângulo Mineiro.

Nessas duas últimas regiões, porém, os mineiros tiveram que adaptar essas técnicas ao ambiente do Cerrado. Nele, a presença de pastagens naturais favoreceu uma pecuária de corte de produtividade expressiva para os padrões da época, mas cujo excedente era difícil de ser escoado. Falaremos a seguir dos complexos técnicos da pecuária bovina e dos principais cultivos – com os respectivos processamentos – desenvolvidos no Triângulo Mineiro, na primeira metade do século XIX.

Terras de cultura e campos de criar

Ao trazerem a descrição das fazendas, os inventários *post mortem* do termo de Uberaba, escritos entre 1822 e 1861, sempre se referiam às *terras* ou *matas de cultura* e aos *campos de criar*. Da extensão total de cada fazenda arrolada, aquelas sempre correspondiam a áreas muito menores do que estas, e eram avaliadas por preços bem mais altos. Por exemplo, no inventário de Francisca Cândida de Jesus, sua Fazenda da Saudade foi descrita como

uma parte de terras de cultura e campos de criar que foram vistas e avaliadas por cinquenta e cinco alqueires de plantas de cultura e os matos avaliados a dezessete mil réis cada alqueire de planta, e os campos em duzentos e cinquenta alqueires de planta, avaliados a mil e quinhentos réis o alqueire³.

Esses termos designavam, genericamente, fitofisionomias do domínio do Cerrado — naturais ou secundárias à intervenção antrópica —, vistas segundo seu potencial de aproveitamento pelos roceiros e fazendeiros.

As terras de cultura eram assim chamadas por serem as mais apropriadas aos cultivos de subsistência, por causa da sua fertilidade natural. Correspondiam aos solos de matas, e a presença nelas de algumas espécies vegetais arbóreas revelava sua qualidade.

³ APU, inventário de Francisca Cândida de Jesus (25/05/1831), maço N73.

Saint Hilaire referiu-se a essa forma de reconhecimento dos solos: “a experiência ensinou aos brasileiros quais as espécies de árvores comuns nas matas que, preparadas para as culturas, dão colheitas mais lucrativas” (2000, p. 232). Averiguamos, por meio de depoimentos de antigos moradores da região em estudo, quais eram as espécies de árvores que, uma vez encontradas, mostravam a presença de terras de cultura: “jatobá de cultura (diferente do jatobá de cerrado), ipê amarelo, ipê roxo, bálsamo e peroba rosa”, disse-nos Hélio Rodrigues da Cunha, morador da zona rural de Santa Maria desde os anos 1910⁴.

Tais árvores são encontradas em matas mesofíticas e em matas ciliares, duas fitofisionomias do Cerrado freqüentemente associadas a solos de alta e média fertilidade (RIBEIRO, WALTER, 1998). Portanto, as terras de cultura correspondiam, geralmente, a solos desenvolvidos sobre rochas básicas, como a terra roxa, cambissolos, e latossolos roxo e vermelho-escuro (RIBEIRO, WALTER, 1998).

Nos inventários pesquisados, as terras de cultura usualmente eram referidas pelas fitofisionomias que as cobria, como matas de cultura, capões de mato ou matas virgens, ou – caso se tratassem de matas secundárias – como capoeiras. Por exemplo, José Luís Pereira possuía, em 1841, “quinze alqueires de cultura em capoeira e poucas matas, cercados de valos, e sete e meio alqueires de cultura com capoeiras na margem do córrego denominado Simões”⁵. O capitão Mário Bernardes Ferreira tinha “trinta e oito alqueires de Goiás de mato tapado”⁶.

As terras de cultura com capoeiras, por já terem perdido parte da fertilidade original, eram menos valorizadas que os solos de matas. Por exemplo, no inventário de José Luís Pereira de Sá, já citado, seus sete e meio alqueires de cultura com capoeiras valiam 45 mil réis (ou seis mil réis o alqueire) em 1841. Já no inventário de Custódio Gonçalves Beirigo⁷, do mesmo ano, “noventa e sete alqueires de matas” foram avaliados “à razão de dez mil réis o alqueire”.

Os campos de criar, referidos nos inventários, correspondiam às áreas usadas – como o nome indica – para o pastejo do rebanho bovino, cavalariço e ovino. Nesse caso, tratava-se, na maioria das vezes, de áreas de campos sujo ou limpo, campo cerrado ou mesmo o cerrado *strictu sensu* mais ralo, onde predominavam latossolos distróficos e álicos, pouco férteis (RIBEIRO, WALTER, 1998). Na região em estudo, tais fisionomias distinguiam-se sobre os chapadões areníticos (REATTO, CORREA, SPERA, 1998), principalmente naqueles localizados entre o rio Uberaba e o rio das Velhas (FELTRAN, 1997). Quando de sua morte, em 1842, o fazendeiro Manuel Pereira da Silva, por exemplo, possuía “uma sorte

⁴ Hélio Rodrigues da Cunha, depoimento gravado, (15/01/2002).

⁵ APU, inventário de José Luís Pereira de Sá (21/06/1841), maço N10.

⁶ APU, inventário de capitão Mário Bernardes Ferreira (08/11/1845), maço M94.

⁷ APU, inventário de Custódio Gonçalves Beirigo (03/07/1841), maço N28, caixa 463.

de campos no chapadão”⁸; Francisco Alves Carrejo possuía “duzentos e noventa e sete alqueires de campos no chapadão, à margem do rio das Velhas”⁹.

Também era comum formarem-se campos secundários, que resultavam, ao cabo de alguns anos, da prática de cultivos de pousio arbustivo sobre terras de cultura. Nos inventários, esses campos eram referidos junto às terras de cultura, já que se desenvolviam a partir destas. Por exemplo, no inventário de Albano Pereira Valle (1846), suas terras foram descritas como “doze alqueires de culturas *com campos* na fazenda Felicidade” (grifo nosso)¹⁰.

Tais campos secundários originavam-se da deterioração de solos férteis. Os cultivos com pousio arbustivo – de quatro a cinco anos –, quando repetidos várias vezes sobre os mesmos solos, impediam a reconstrução da mata secundária (capoeira ou capoeirão), e a área terminava sendo invadida por ervas alienígenas, como o capim meloso e o capim jaraguá. Saint Hilaire assim descreveu a formação desses campos secundários:

Quando já se fizeram duas colheitas em um solo outrora coberto de matas virgens, deixa-se o terreno repousar um pouco; brotam aí árvores muito mais delgadas que as primeiras (...). Deixam-se estas crescer durante cinco, seis ou sete anos, segundo as regiões; cortam-se, novamente, queimam-se em seguida, e faz-se a plantação nas cinzas (...) Quando [na província de Minas Gerais] um terreno já foi cultivado umas poucas vezes, vê-se nascer uma samambaia imensa do gênero *Pteris*. Uma gramínea viscosa, pardacenta e fétida, denominada capim-gordura, sucede em breve a essa criptógama, ou se desenvolve ao mesmo tempo que ela. Então, quase todas as outras plantas desaparecem com rapidez. Se algum arbusto nasce de permeio ao capim gordura, é logo comido pelo gado e a ambiciosa gramínea fica senhora do terreno (2000, p. 90-91).

Os depoimentos que recolhemos confirmam que, na região em estudo, tais práticas – cultivos em sistema de pousio arbustivo, culminando com a formação de campos antrópicos, onde predominavam gramíneas alienígenas – sobreviveram até tempos recentes. Em Santa Maria (região do médio rio Tejuco), o depoimento de um antigo morador confirma que, nos anos 1920, as formações de campos antrópicos sobre terras desgastadas de mata eram usadas como pastagens:

⁸ APU, inventário de Manuel Pereira da Silva (08/11/1842), maço N 156.

⁹ APU, inventário de Ana Joaquina de Jesus (12/06/1844), maço N8.

¹⁰ APU, inventário de Albano Pereira Vale (12/04/1846), maço N1.

A terra agüentava plantar quatro a cinco anos. Depois o povo largava porque tinha mais mata e valia mais a pena, e plantava mais (...). Nas [terras de] cultura que eram invernadas, onde eram os matos que a gente fazia as roças, a gente semeava as sementes de Jaraguá. Jaraguá e [capim] gordura. Eram só esses dois capins que tinha naquela época para a cultura. Para plantar a gente semeava¹¹.

Warren Dean (1996), em sua história ecológica das matas brasileiras, afirma que a prática do pastejo bovino sobre áreas deterioradas de mata surgiu nos séculos XVIII e XIX, no Rio de Janeiro, Minas Gerais e São Paulo. Os capins africanos jaraguá e meloso (capim gordura), que freqüentemente invadiam essas áreas, apareceram, pela primeira vez, nas invernadas próximas ao Rio de Janeiro, em alguma data incerta do século XVIII. Provavelmente trazidos pelos tumbeiros, onde eram usados como cama de palha para os escravos traficados, esses capins se espalharam rapidamente pela capitania de Minas Gerais (DEAN, 1996). Ao tempo de Saint Hilaire, que viajou pela região em estudo em 1819, o capim gordura já havia chegado às nascentes do rio São Francisco, mas ainda não ao Alto Paranaíba:

O capim-gordura, infelizmente tão comum a leste da Serra do Espinhaço, quase nunca ultrapassa a vertente ocidental dessa cadeia, mas aparece com abundância a leste da outra cadeia que limita a bacia do São Francisco, e finalmente deixa de ser visto a oeste da parte meridional desta última cadeia (SAINT HILAIRE, 1975 b, p. 121).

Esses capins foram disseminados pelo próprio gado, segundo Dean (1996). Os criadores reconheciam que essas espécies tinham baixo valor nutricional para as criações. Saint Hilaire comentou que o capim gordura “se por um lado engorda os animais cargueiros e o gado, diminui-lhes sensivelmente as forças” (2000, p. 91). Esse juízo era o mesmo dos moradores que tivemos a oportunidade de entrevistar, e Dean (1996) confirma que ele era verdadeiro: os capins africanos – particularmente o gordura – reduzem a biodiversidade representada pelas diversas espécies de capins nativos, e assim impediam um regime balanceado de aminoácidos e micronutrientes para os rebanhos. O jaraguá era tido como um capim mais nutritivo, mas só crescia em terras de cultura e secava logo depois do fim da estação das chuvas¹².

Os capins nativos eram melhores que os invasores, mas só podiam ser consumidos logo após as queimadas, quando os brotos novos eram mais palatáveis ao gado (DEAN,

¹¹Hélio Rodrigues da Cunha, depoimento gravado (15/01/2002).

¹²Geraldo Lourenço Castro, depoimento escrito (02/05/2002).

1996). Cresciam normalmente sobre os chapadões, compondo a flora nativa dos campos cerrados, campos limpos e campos sujos, como as espécies capim mimoso, capim branco e capim flecha (BACELAR; BRIOSCHI, 1999). Saint Hilaire (1975 a, 1975 b) citou o capim flecha como o preferido pelos criadores de seu tempo, na região em estudo.

O pastejo sem pousio sobre os campos, nos chapadões, também levava à deterioração dos solos e da flora nativa, num processo análogo ao das matas. A necessidade de realizar queimadas todos os anos era o principal fator responsável pelo impacto ambiental dessa prática. Dean resumiu os efeitos ecológicos das técnicas de pastejo, correntes nos séculos XVIII e XIX, na região do Cerrado:

A queimada danifica de modo sutil os solos e o capim. Destrói plantas que se disseminam horizontalmente formando esteiras, em favor das que formam touceiras, expondo o solo e provocando erosão. O fogo reduz a permeabilidade do solo, favorecendo plantas de raízes superficiais, menos eficientes na reciclagem de minerais lixiviados e mais rapidamente ressequidos e não comestíveis na estação seca. A saúva invade quando esses solos secam, promovendo a ingrata tarefa de revolver sua matéria orgânica. A queimada, além do mais, elimina nitrogênio e as bactérias que participam de sua fixação no solo, essencial à nutrição animal. O pasto degradado então se enche de filicíneas, como o capim sapé (...) e com o barba-de-bode, outra gramínea sem valor nutritivo (...) (1996, p. 129).

Para entender a forma como ocorreu a valorização dos campos de criação e das terras de cultura na região e no período em estudo, separamos 34 inventários *post mortem*, que continham dados mais completos sobre as extensões – medidas em alqueires mineiros¹³ – e preços relativos de ambos, nas fazendas inventariadas no termo da vila de Uberaba, entre 1822 e 1841¹⁴.

Os campos correspondiam, em média, a extensões 7,75 vezes maiores que as terras de cultura, em cada fazenda. Isso demonstra que a fazenda típica era formada por extensões relativamente vastas de campos, com algumas áreas de matas ou solos de matas, usados nos cultivos de subsistência.

Havia diferenças, contudo, entre as propriedades maiores e menores que 500 alqueires. As menores tinham uma proporção relativamente maior de terras de cultura: em média, os campos superavam-nas em 5 vezes a sua área. Já as propriedades maiores do

¹³ Um alqueire mineiro ou goiano corresponde a 48.400 m², ou 4,8 hectares.

¹⁴ APU, inventários *post mortem* (1822-1861).

que 500 alqueires eram-no principalmente por causa dos campos (de cultura ou de chapadão): nelas, a extensão das pastagens superava, em média, 17 vezes as terras de cultura. Isso demonstra que as terras de cultura, essenciais à agricultura de autoconsumo, eram as mais procuradas pelos pequenos proprietários, para quem os rebanhos, pouco numerosos, podiam ser mantidos em pastagens pequenas. Para quem possuía rebanhos maiores, criando-os para venda ou invernados, as áreas de pastagens tinham que ser muito extensas, por causa do caráter superextensivo da pecuária.

Em função da grande importância dos solos de mata na produção de alimentos em sistema familiar (ou familiar com escravos), à medida que aumentava a densidade demográfica, ao longo da primeira metade do século XIX, subia o preço do alqueire das terras de cultura, no termo de Uberaba. Mas o preço do alqueire de campos aumentou num ritmo muito mais lento no mesmo período, como se vê no gráfico 1. Isso pode ser explicado pela baixíssima densidade de rebanhos sobre os imensos chapadões cobertos por campos naturais, usados como pastagens. O crescimento do rebanho bovino regional e do aproveitamento dos chapadões, até 1861, não foi suficiente para pressionar o preço das terras de campos, o mesmo não acontecendo com as terras de cultura. Estas tiveram seu preço aquecido pelo aumento da demanda por elas, tanto dos pequenos quanto dos grandes agricultores.

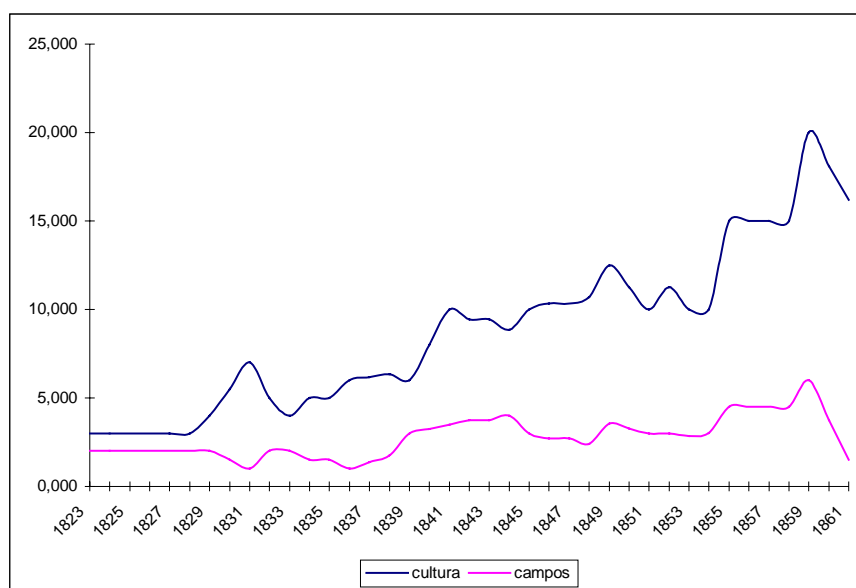


Gráfico 1: preço do alqueire da terra de cultura e dos campos no termo de Uberaba entre 1822 e 1861 (em réis)

Fonte: 174 inventários do Juizado de Órfãos de Uberaba (1822-1861).

Autor: Lourenço, L. A. B. (2002)

Os viajantes joaninos já se impressionavam com o modo extensivo da pecuária dos sertões do Oeste Mineiro. Em 1816, Eschwege comentou, no Araxá, que “a criação de gado, embora em estado semi-selvagem, já rende lucro, sem muito trabalho. O gado é apascentado em campos abertos, em plena liberdade” (1996, p. 107). Dois anos depois dele, Saint Hilaire descreveu a pecuária extensiva araxaense:

Como em todos os lugares, ali só se planta nos capões, ficando os campos reservados exclusivamente aos rebanhos (...). As fazendas são geralmente de grande extensão, e não é raro encontrar algumas com 9 a 10 léguas de comprimento. Todavia (...) raros são os que contam com rebanhos de mil cabeças, e os que possuem oito ou dez escravos já são considerados ricos (1975 b, p. 130-131).

Podemos estimar o nível de utilização média das pastagens dividindo-se a extensão total de campos pela soma de cabeças dos rebanhos, naquela amostra de 34 inventários que destacamos anteriormente. Chegamos ao número de uma cabeça para cada 20 alqueires, ou 97 hectares. Esse número é muito mais baixo que o estimado por Saint Hilaire (1975 b) para a pecuária do Alto Rio Grande, na comarca do Rio das Mortes (uma cabeça por 1,4 hectare), ou do estimado por Dean (1996) para a média da pecuária dos sertões brasileiros (uma cabeça por 5 hectares).

A baixa densidade dos rebanhos nas fazendas de gado pôde ser avaliada qualitativamente pela leitura dos inventários *post mortem*: Antônio da Silveira¹⁵, que em 1829 era dono da Fazenda Veríssimo, com extensão de uma légua de comprimento por meia légua de largo, com 200 alqueires de campos, possuía apenas 38 cabeças de gado, 6 cavalos e 6 carneiros, o que equivale a cinco alqueires por cabeça, ou uma cabeça para cada 24 hectares.

Os solos de matas eram preparados para o cultivo da mesma forma que nas demais regiões da capitania de Minas Gerais. A derrubada da mata era feita com machado, pouco depois da estação das chuvas. Após alguns dias, com a secagem da rama, ateava-se fogo antes da próxima estação de chuvas. No meio da madeira carbonizada, os roceiros abriam covas dispostas irregularmente, usando a enxada, onde então eram lançadas as sementes (SAINT HILAIRE, 2000). Nos inventários *post mortem* pesquisados, os únicos instrumentos agrícolas arrolados em todos os inventários eram enxadas, machados, foices e facões – sendo notável a absoluta ausência de arados — confirmando que esse era realmente o sistema, até 1861, na região em estudo.

¹⁵ APU, inventário de Maria Rodrigues de Jesus (04/04/1829), maço N48, caixa 459

Essa técnica foi chamada, nos depoimentos que coletamos, de *roça de toco*. Tratava-se, na verdade, da técnica indígena de preparo da terra e cultivo, um pouco modificada. Essas modificações consistiram, basicamente, no uso do machado de ferro e da foice na derrubada (aumentado a extensão da área abatida, em comparação com a técnica indígena), no uso da enxada na abertura das covas, em vez do chuço, e no encurtamento do tempo de pousio, substituindo o sistema florestal indígena (20 anos) pelo sistema arbustivo sertanejo (5 a 6 anos).

Currais, boiadas e sal.

As fazendas de gado foram a principal forma pela qual os colonos geralistas se estabeleceram no Triângulo Mineiro, nos primeiros anos do século XIX. A denominação mais apropriada para essas unidades rurais pioneiras talvez fosse *fazendas agropecuárias*, já que eram bastante diversificadas. Porém, enquanto cultivos como feijão e milho se destinavam principalmente ao autoconsumo, a pecuária era a principal forma assumida pelo trabalho excedente (mas não a única, conforme se verá), tendo seu valor realizado pela venda de rebanhos em Formiga e São João Del Rey, destinados ao abastecimento do Rio de Janeiro.

No Extremo Oeste Mineiro, Saint Hilaire (1975 a, 1975 b) referiu-se freqüentemente à rusticidade dos criadores de gado, que, não obstante, muitas vezes, eram proprietários de imensas extensões fundiárias. De fato, é notável a simplicidade das instalações e dos equipamentos técnicos, nos inventários *post mortem* da época. Ao morrer, em maio de 1850, Antônio Francisco de Assis possuía um rebanho de 83 cabeças de gado, formado sobretudo por vacas paridas e solteiras, em uma pequena fazenda próxima ao córrego do Lajeado, nos arredores de Uberaba. Era provavelmente jovem, pois tinha apenas duas filhas pequenas — Severiana, de dois anos, e Maria, de três anos — e sua esposa Jesuína estava grávida de um terceiro filho. Contava com um escravo de dez anos, Domingos, e seis cavalos adultos para ajudá-lo no trabalho diário. Vivia em uma casa de taipa coberta de capim, em cujas proximidades funcionava um monjolo. Sua esposa, com o auxílio da escravinha Eva, descaroçava, cardava e fiava algodão, usando um par de cardas e duas rodas de fiar. Também tecia, provavelmente para uso da família, com um tear de madeira. O equipamento técnico com que contavam Antônio e Domingos era formado apenas por um carro com três cangas arreadas (para o qual dispunha de quatro bois carreiros), duas foices, um serrote, uma enxó, um formão, três enxadas, dois machados e uma cavadeira¹⁶.

O mundo de Antônio é representativo da ampla maioria das unidades rurais do Triângulo Mineiro de então: produção dependente de forma quase integral da força de trabalho humana e da tração animal, baixo investimento na aquisição de bens de capital e

¹⁶ APU, Inventário de Antônio Francisco de Assis (04/05/1850), maço N14, caixa 470.

subordinação total das atividades agrícolas e de pastoreio à disponibilidade de recursos naturais. No caso da pecuária, o equipamento técnico permanente resumia-se aos currais de aroeira, aos cochos de sal e aos animais de montaria. A simplicidade dessa prática foi registrada pelos viajantes, como o Barão de Eschwege. Referindo-se à região de Araxá e Patrocínio, o mineralogista alemão relatou que “a criação de gado, embora em estado semi-selvagem, já rende lucro (...). O serviço de dois a três homens, nessas condições, é o bastante para o manejo e a condução do rebanho aos bebedouros” (1986, p. 107).

O investimento em bens de capital, por isso, era muito baixo ou praticamente inexistente. Gorender (1988) acredita que o baixo nível técnico da economia colonial devia-se à rigidez do sistema escravista, incapaz de gerar ou absorver inovações. No caso em estudo, além disso, a baixa receptividade a inovações explicava-se também pela facilidade com que os recursos naturais eram obtidos e manipulados, em fronteira aberta, o que desestimulava sua otimização e os aumentos de produtividade. Gorender (1988, p. 426) chamou a atenção para o baixo custo da implantação de uma fazenda de gado mineira, devido ao fácil acesso a terra (principalmente em regiões de fronteira) e à existência de pastagens naturais.

A pecuária do Extremo Oeste Mineiro da primeira metade do século XIX baseava-se em práticas algo diferentes das de duas outras regiões de Minas, na mesma época: o Sertão ou Deserto do rio São Francisco¹⁷, e a comarca do Rio das Mortes. Não tão extensiva como a primeira, porém menos intensiva que a última, parece ter sido o resultado da adaptação das técnicas desenvolvidas na região aurífera e no Sul de Minas, ao longo do século XVIII, ao ambiente do Cerrado do Triângulo Mineiro.

O sistema de pecuária que era então praticado na comarca do Rio das Mortes, particularmente no Alto Rio Grande, tinha características bastante diferentes do sistema superextensivo do Sertão do São Francisco. Saint Hilaire esteve, em 1819, na região da vertente ocidental da Serra da Mantiqueira, que corresponde ao atual Sul de Minas. Ali percebeu que, diferentemente do Sertão, “o cuidado dos animais é normalmente confiado a escravos” (1975 b, p. 50). As pastagens eram divididas e aproveitadas de forma mais racional e intensiva, num sistema de rotação.

Os fazendeiros do Alto Rio Grande desciam para a Corte um grande número de boiadas e porcadas (FRAGOSO, 1998). Por causa da maior proximidade geográfica, se comparada com os sertões ocidentais, esse comércio contava com um número menor de intermediários. Por causa disso, é possível que uma maior fração do excedente, gerado nas atividades de criação e fabricação de queijos, fosse retida pelos fazendeiros locais. Com efeito, Saint Hilaire comentou que

¹⁷ Hoje Norte e Noroeste do estado de Minas Gerais.

é de supor que as fazendas da região do Rio Grande dêem um certo rendimento aos seus proprietários, ao contrário das que, encravadas nos sertões de Goiás ou mesmo em algumas partes mais afastadas da província de Minas, quase nenhum lucro dão aos fazendeiros. A vizinhança com o Rio de Janeiro coloca a região e toda a comarca do Rio das Mortes numa situação bastante favorável (1975b, p. 51).

Essa maior acumulação se refletia na aquisição de escravos e gado. Saint Hilaire refere-se a fazendeiros do Alto Rio Grande com até 5.000 cabeças, sendo que, nos inventários analisados em nossa região de estudo, o proprietário do maior rebanho era o tenente Joaquim da Silva e Oliveira¹⁸, com 2.351 cabeças, em 1839.

A pecuária trazida pelos geralistas que imigraram para o Triângulo Mineiro na primeira metade do século XIX, vindos da região aurífera e da comarca do Rio das Mortes, originou-se decerto dessas práticas. Contudo, dois fatores geográficos obrigaram os criadores triangulinos a modificarem algumas delas.

Em primeiro lugar, a maior distância em relação ao Rio de Janeiro condicionava a existência de uma rede de comerciantes de gado, intermediária entre os criadores e aquele mercado. Os relatos de Eschwege (1996) e Saint Hilaire (1975 a; 1975 b) revelam que, entre os criadores triangulinos e o mercado da Corte, interpunham-se os compradores de gado de São João Del Rei ou Formiga, e os condutores de boiadas de Barbacena ou da própria Corte, que as compravam daqueles. Na prática, isso significava uma maior fração do excedente retido nas mãos de intermediários, o que reduzia o montante acumulado pelos fazendeiros triangulinos. Ao mesmo tempo, escravos e artigos como sal e ferragens, comprados do litoral, chegavam muito mais caros ali do que nas regiões mais próximas do litoral.

O acesso ao sal era uma dificuldade a mais para os criadores da região, e talvez um fator limitante na expansão dos rebanhos. No termo de Uberaba, uma saca de sal de 20kg custava 5\$120 em 1837¹⁹, enquanto um garrote de quatro anos – e, portanto, em ponto de venda – era avaliado a 8\$000²⁰. De acordo com as informações que colhemos em nossos depoimentos²¹, um boi consumia em média 100 g de sal por mês, ou 1,2 kg por ano. Assim sendo, para manter um rebanho de 100 cabeças, um criador teria que comprar 120 kg, despendendo 30\$720 por ano. Saint Hilaire informou que uma boiada de 100 cabeças rendia até 10 garrotes por ano: “um fazendeiro não poderia, sem reduzir o seu capital, vender todo ano mais do que um décimo do seu gado” (1975 b, p. 49-50), e assim, em 1837,

¹⁸ APU, inventário de tenente Joaquim da Silva e Oliveira (06/03/1839), maço N7, caixa 461.

¹⁹ APU, inventário de Antônio Gonçalves Firme (01/02/1837), maço N5.

²⁰ APU, inventário de Antônio da Silveira (19/08/1837), maço N37.

²¹ Geraldo Lourenço Castro, depoimento escrito (02/05/2002).

obteria 80\$000de receita bruta, dos quais teria que reservar 30\$700, ou 37% do total, na aquisição de sal. Dessa maneira, entende-se a razão do caráter superextensivo da prática da pecuária: a atividade só seria lucrativa se os outros fatores de produção (pastagens, força de trabalho) tivessem custo reduzido.

O custo do sal, em alguns casos, era mitigado pela presença dos bebedouros: fontes naturais de águas salitrosas, usadas pelos fazendeiros para dar de beber ao gado. A abundância dessas fontes na região do Araxá e Patrocínio fora o fator que tornara esses núcleos – principalmente Araxá – os principais centros de pecuária do Oeste Mineiro, nos primeiros anos do século XIX.

Se bem que menos abundantes que o Barreiro araxaense, tais bebedouros eram encontrados em outras partes do Triângulo Mineiro, e também nelas sua presença estimulou a ocupação pelas fazendas de gado. Esses bebedouros foram referidos, por exemplo, na região da Rocinha, nas vizinhanças do rio das Velhas (ESCHWEGE, 1996; SAINT HILAIRE, 1975 a); nas paragens de Sobradinho e Bebedouro, entre o rio das Velhas e o Uberaba Legítima (TEIXEIRA, 1970); e principalmente nos arredores de Uberaba, devendo ser destacado como um dos fatores que estimulou o crescimento do arraial. De fato, Vigário Silva, referindo-se àquela freguesia, escreveu em 1829:

(...) se vê sempre gordo o gado, que não depende de sal, cuja falta se supre com as águas dos bebedouros, *que há em quase todas as fazendas*. São estas águas nascidas em olhos à margem dos córregos; no paladar não apresentam diferença das outras, mas esfregando-se nelas as mãos sente-se escorregarem; a cana do mato e mesmo o gado acostumado aos bebedouros as procuram sempre na lua nova, passando por outras muitas águas puras, que desprezam apesar da sede [grifo nosso] (SILVA, 1970, p. 11).

Distâncias tão grandes em relação ao mercado da Corte obviamente impediam que o queijo pudesse ser comercializado pelos criadores do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba. Por isso, não havia interesse em produzi-lo. Eschwege observou que:

(...) Logo que as crias atingem alguns meses de vida e o fazendeiro não tem maior necessidade de leite – na maioria das fazendas não se fabricam queijos nem manteiga, atividade considerada cansativa –, tanto as vacas quanto as crias são enxotadas para o pasto (1996, p. 107-108).

Desse modo, distintamente dos criadores de gado do Alto Rio Grande, a pecuária do Extremo Oeste realizava excedentes exclusivamente na forma do gado de corte.

Outro fator importante era a diferença geomorfológica entre o ambiente da Serra da Mantiqueira e o das chapadas do Oeste. É muito provável que as desvantagens, devidas à distância em relação aos mercados litorâneos, fossem parcialmente compensadas pela possibilidade de explorar pastagens muito mais extensas do que na comarca do Rio das Mortes. Não só porque o Extremo Oeste Mineiro era menos povoado, mas também porque o relevo de chapadas impunha menor desgaste físico ao gado em deslocamentos de longa distância, se comparado aos morros do Sul de Minas. Só assim se explica, por exemplo, a funcionalidade do Barreiro do Araxá, para onde os fazendeiros, todos os meses, num raio de 12 léguas (79 km), levavam seus rebanhos a fim de se servirem das águas salitrosas.

Era possível aos pecuaristas triangulinos, portanto, explorar extensas áreas de pastagens com rebanhos relativamente pequenos. Se, por um lado, isso acarretava uma densidade menor de cabeças por unidade de área, por outro, reduzia o trabalho necessário ao manejo das pastagens. Saint Hilaire relatou que, no Araxá, “a mão de obra é bastante cara (...). Os criadores vêem-se impossibilitados de cercar seus pastos e dividi-los, conforme a prática adotada no Rio Grande” (1975 b, p. 131).

Assim, os pecuaristas do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba conseguiam compensar, em parte, as desvantagens da distância em relação ao grande mercado consumidor da época – a Corte do Rio de Janeiro e a cafeicultura em expansão no vale do Paraíba do Sul –, reduzindo os custos de implantação e manejo da atividade a níveis elementares. Isto só poderia se dar numa situação em que se pudesse contar com recursos naturais abundantes e facilmente exploráveis, e numa forma de produção não-capitalista, na qual a reprodução da força de trabalho não se fazia pela sua prévia realização no mercado.

As distâncias e as extensões das pastagens naturais não eram, contudo, tão grandes como no Sertão do São Francisco. No Triângulo Mineiro, todo o manejo do gado era feito nos currais contíguos à casa de morada, não havendo, como lá, o sistema dos retiros. No Norte Mineiro, os vaqueiros deslocavam-se para os pastos mais longínquos na época de parição das vacas. Já na região em estudo, segundo Eschwege,

Durante o período que vai de agosto a janeiro, porém, requer-se mais trabalho humano, pois é tempo de parição. Ao darem cria, as vacas são levadas para as proximidades da sede da fazenda, onde ficam encerradas no curral, durante a noite. (1996, p. 107-108)

Esse conjunto de técnicas, tão diferentes daquelas do Sertão do Norte Mineiro, são, todavia, as mesmas descritas por Saint Hilaire (1975 b) para a pecuária do Alto Rio Grande. Os currais, anexos à morada do fazendeiro ou sitiante e construídos em madeira aroeira ou pedra, eram o local onde se fazia o manejo do gado. Essa disposição ainda hoje pode ser vista em antigas fazendas da região.

Uma outra característica da pecuária do Rio das Mortes que se manteve no Triângulo Mineiro foi o uso do trabalho familiar, estendido pelo trabalho escravo, como forma predominante de organização do trabalho. Isso diferenciava a pecuária triangulina da do Sertão do São Francisco, onde, como vimos, predominava o trabalho livre não-assalariado.

Dessa forma, a pecuária triangulina do século XIX era herdeira das técnicas desenvolvidas na região central e sul da capitania de Minas Gerais, ao longo da segunda metade do século XVIII. No entanto, adaptou-se ao ambiente de Cerrado e chapadas, e às grandes distâncias em relação ao mercado litorâneo, modificando as técnicas de apascentamento de forma a reduzir ao mínimo os custos de produção, pela máxima exploração dos recursos naturais.

O milho e a mandioca.

Sérgio Buarque de Holanda (1995) analisou a difusão do que chamou de *civilização do milho*, isto é, o conjunto de tradições responsáveis por tornar o milho a principal forma de alimento consumido pelos colonos do Planalto Paulista, no século XVII. O historiador revela que os paulistas, colonos pioneiros das Minas na virada do século XVII para o XVIII, foram os introdutores nessa capitania do complexo do milho. O uso do milho como principal alimento calórico diferenciava a área sob influência paulista daquela sob influência nordestina, onde a mandioca tomava o lugar do cereal (HOLANDA, 1995). De fato, Antonil (1982) descreveu em 1711, na vertente ocidental da Serra da Mantiqueira, uma paisagem agrícola tipicamente paulista, onde se nota a presença do milho e a ausência da mandioca:

Aqui há roças de milho, abóboras e feijão, que são as lavouras feitas pelos descobridores das minas e por outros, que por aqui querem voltar. E só disto constam aquelas e outras roças nos caminhos e paragens das minas, e quando muito, têm de mais algumas batatas (ANTONIL, 1982, p. 182-183).

Um século depois, Saint Hilaire registrou a presença do milho e a falta da mandioca, nos arredores de Vila Rica. Falando do Sertão do São Francisco, relatou que “um vegetal que cultivam muito, e que não se vê nos arredores de Vila Rica, é a mandioca” (2000, p. 311). Nas vizinhanças da capital mineira, por outro lado, “todos os agricultores plantam milho” (p. 106).

O cronista assinalou, inclusive, quando da sua passagem pela região em estudo, uma linha divisória aproximada separando a preferência pelo milho e pela mandioca: “ao norte do Paranaíba começam as plantações de mandioca” (SAINT HILAIRE, 1975 b, p. 120). Embora não tenha feito uma localização precisa das áreas do grão e do tubérculo, Pohl (1976) só veio descrever os sistemas de cultivo e beneficiamento da mandioca nas

proximidades da Serra dos Cristais²², em Goiás, sendo provável que não os tenha visto na sua passagem por Araxá.

Apesar de a carta de frei Leandro, de 1827, referir-se em Uberaba a “mandiocas de cinco a seis meses que tinha maiores raízes que as de seis anos nas Gerais” (PONTES, 1978, p. 91), e Vigário Silva (1970), dois anos depois, citar a mandioca entre os cultivos uberabenses, é possível que o tubérculo não estivesse entre as preferências alimentares da região. Nos inventários pesquisados, produzidos no termo de Uberaba, que corresponde a todo o atual centro-sul do Triângulo Mineiro, é notável a ausência da mandioca e dos equipamentos técnicos usados em seu beneficiamento, entre 1822 e 1861.

Alguns desses documentos traziam a descrição dos estoques de mantimentos em poder do inventariado, quando de sua morte. Dessa forma, pela discriminação e quantificação dos estoques, podemos ter idéia do que se produzia nas fazendas e sítios. Conforme pode ser visto na tabela 1, não houve uma única ocorrência de estoques de mandioca ou farinha de mandioca. Tampouco encontramos, nos arrolamentos dos inventários, qualquer referência ao instrumental usado no beneficiamento da mandioca: raladores, tapiches ou espremedores. É muito provável, portanto, que a porção central e sul da região em estudo – pelo menos até 1861, período a que se referem nossas fontes primárias – não usasse habitualmente a farinha de mandioca.

Gênero	Número de ocorrências por período			
	1822/1831	1832/1841	1842/1851	1852/1861
Milho	3	3	2	5
Feijão	2	1	1	2
Arroz	-	-	-	1
Algodão	-	-	1	1
Cana/Açúcar/Rapadura	1	2	2	3
Fumo	-	-	2	1
Mamona	-	-	-	1
Mandioca	-	-	-	-

Tabela 1: número de ocorrência de estoques de mantimentos nos inventários post mortem no termo de Uberaba, por período (1022-1861).

Fonte: APU, inventários post mortem (1822-1861).

Se dermos crédito à geografização proposta por Saint Hilaire, as áreas de cultivo preferencial do milho e da mandioca ordenavam-se por fatores de ordem natural. Segundo ele, a presença da mandioca ao norte do Rio Paranaíba “parece provar que a região ali é mais quente e mais elevada, pois essa planta, muito comum na parte do sertão que percorri em 1817, não é encontrada em regiões elevadas e de clima temperado” (1975 b, p. 120).

²² Hoje Cristalina.

Holanda, de outro modo, parece julgar que a geografia dos cultivos coloniais se deve muito mais a fatores culturais do que propriamente climáticos ou pedológicos. A mandioca, muito comum na Baixada Santista desde o início da colonização, esteve ausente dos cultivos praticados na vila de São Paulo até 1800. Ali, era o milho que ocupava o lugar de principal fonte de carboidratos para a população do Planalto do Piratininga. A razão, segundo o autor, é que as ramas de mandioca eram muito difíceis de serem transportadas, pois morriam alguns dias depois de arrancadas e ocupavam muito espaço nas bagagens. Assim, como as viagens serra-acima eram relativamente longas, o milho – levado em sementes – é que se transformou no principal alimento. Os colonos só adotavam a mandioca quando, nas áreas a serem colonizadas, já existissem grupos indígenas mandioqueiros (HOLANDA, 1995).

O quadro geográfico que parece se desenhar para o território mineiro oitocentista, em relação ao binômio milho/mandioca, é o da delimitação de duas áreas culturais distintas, uma com o predomínio do complexo da mandioca, e outra com o predomínio do complexo do milho. E é interessante notar que os limites entre tais áreas coincidem aproximadamente com os dos dois sistemas de pecuária de corte, que estudamos linhas atrás. Desse modo, o domínio do complexo da mandioca coincide aproximadamente com o espaço da pecuária superextensiva de tradição nordestina, e a área do milho, com a pecuária escravista que se originou no centro e sul de Minas. A conclusão que se impõe é que a região em estudo se filiava a uma tradição cultural mineira *strictu sensu*, enquanto no Médio São Francisco parece clara a influência do Sertão Nordeste.

Fios e panos.

Se os complexos do milho e da mandioca foram, em grande parte, absorvidos das práticas indígenas praticamente sem grandes mudanças, o mesmo não se deu com as técnicas de fiação e tecelagem. Embora o algodão indígena ou “algodão da terra”, arbóreo, tenha sido mais utilizado que o algodão asiático ou “algodão da Pérsia”, herbáceo, todas as técnicas de beneficiamento (descaroçamento), fiação e tecelagem foram trazidas pelos colonos, com base nas experiências acumuladas não só em Portugal, mas no Império Português.

É provável que, em toda a primeira metade do século XIX, o algodoeiro “da terra” tenha sido a única espécie cultivada em Minas Gerais. Saint Hilaire referiu-se somente a algodoeiros arbóreos em Peçanha, uma das principais regiões produtoras da província: “uma plantação de algodoeiros dura em média de 5 a 6 anos (...) e não produzem senão ao cabo de 2 anos” (2000, p. 172). Em nossa região de estudo, o algodão arbóreo aparece referido em alguns documentos, como na carta de padre Leandro, de 1827, onde se lê: “vi pé de algodão que um homem subiu por ele acima até a altura de 14 palmos, e me disseram

que esperavam colher meia arroba na primeira panha e da segunda mais de oito libras” (PONTES, 1978, p. 91).

Uma vez colhidos os capulhos, o artefato usado na primeira etapa do beneficiamento de algodão era o descaroçador, máquina rústica derivada da churka indiana, e que se difundiu até Portugal pelas mãos dos árabes. A mais antiga referência a seu uso no Brasil é do Autor Anônimo, em 1618, no Nordeste. Em São Paulo, seu uso generalizou-se em 1680, e de lá provavelmente se difundiu para Minas Gerais (HOLANDA, 1995). Saint Hilaire (2000, p. 172) descreveu-o pormenorizadamente, ao vê-lo em Peçanha (MG).

O instrumento não sofreu nenhuma mudança, em seus sucessivos deslocamentos, da São Paulo seiscentista até o Triângulo Mineiro de apenas algumas décadas atrás. A descrição de Saint Hilaire, feita no Norte Mineiro em 1819, corresponde precisamente ao instrumento usado pelos paulistas do século XVIII. A descrição que obtivemos de um antigo morador da região rural de Patos de Minas, que manipulava o aparelho em sua infância, na década de 1940, coincide pontualmente com a do botânico francês:

O descaroçador é feito de madeira dura e bem seca, uma vez que necessita de ajustes milimétricos. Compõe-se de longo e pesado banco, tendo ao centro duas moendas presas por duas colunas laterais, na altura de mais ou menos vinte centímetros. Essas moendas, uma para cada lado, prendem-se a eixos fixos nas colunas laterais. Os eixos ficam sobrepostos e bem ajustados entre si e às colunas. Para descaroçar o algodão utiliza-se da mão de obra de dois trabalhadores, que ficam assentados, de frente um para o outro, de cada lado do grande banco. Cada um, com a mão direita, aciona a moenda de forma que os eixos giram em sentido opostos. O trabalhador que fica do lado esquerdo do banco é o alimentador, isto é, aquele que coloca o capucho no descaroçador²³.

Nos inventários do termo da vila de Uberaba, os descaroçadores aparecem referidos em sete inventários, desde 1827. É possível que fossem mais comuns do que deixa transparecer a leitura dos documentos, como se pode deduzir pela presença das rodas de fiar, descritas na maioria dos inventários: é improvável que as famílias dispusessem de rocas e não de descaroçadores. A razão da sua ausência, em moradias que dispunham dos demais elementos do complexo da fiação, é que se tratava de artefatos de fácil feitura, e por isso muito baratos, sendo, na maioria das vezes, ignorados pelos inventariantes. Em 1828,

²³ Geraldo Lourenço Castro, depoimento escrito (02/05/2002).

um descaroçador era avaliado em 640 réis, algo como metade do preço de uma enxada velha²⁴.

A carda e a fiação eram outras duas etapas que contavam com técnicas exclusivamente ibéricas. O primeiro dos dois processos era realizado por dois tipos de instrumentos: a carda de arco, instrumento simples consistido de uma vara arqueada unida nas extremidades por uma corda; e a carda de espículas, um par de escovas que eram presas uma a cada mão. O segundo processo consistia no uso da *roda de fiar*, uma roda unida a um pedal e a um fuso, no qual eram enoveladas as linhas de algodão, também este um instrumento trazido de Portugal (HOLANDA, 1995).

Holanda (1995) refere que a carda de arco era a mais usada em São Paulo, até o século XVIII. Saint Hilaire descreve somente o uso da carda de arco, em Peçanha, Minas Gerais: “para cardar o algodão, existe um pequeno arco cuja corda pode ter comprimento de pé e meio” (2000, p. 172). É provável que esse fosse o instrumento de carda usado no Triângulo Mineiro, na primeira metade do século XIX. Nos inventários de Uberaba, é notável a ausência de qualquer referência a cardas, antes de 1850. Isto se dava provavelmente pelos mesmos motivos da quase ausência de descaroçadores: um instrumento tão simples não teria merecido a atenção dos inventariantes.

Contudo, a referência às cardas torna-se muito freqüente após essa data, e por uma razão: tratava-se, a partir de então, das escovas de cardar, um instrumento mais sofisticado e, por isso, mais valorizado. De fato, todas as referências a ele aparecem como “um par de cardas”²⁵, o que, segundo Holanda, “a simples circunstância de serem elas avaliadas aos pares serve para mostrar que não se tratava de arcos, ou batedeiras para capulhos” (1995, p. 226).

Nos depoimentos que recolhemos de antigos moradores da região dos anos 1910 e 1920 (Tupaciguara²⁶ e Santa Maria²⁷), a única carda que conheciam era a de espículas. Assim, podemos situar provavelmente em meados do século XIX o início da substituição da carda de arco pela carda em escova, no Triângulo Mineiro.

A tecelagem, em toda a província de Minas, era feita nos teares horizontais que, segundo Holanda (1995), são de origem ibérica. Tanto a fiação quanto a tecelagem tiveram grande desenvolvimento na capitania – depois província – de Minas Gerais no final do século XVIII e início do XIX. Saint Hilaire (2000) encontrou nessas atividades a razão da

²⁴ APU, inventário de Miguel Martins Morgado (07/07/1828), maço N35, caixa 459.

²⁵ APU, inventário de Antônio Francisco de Assis (04/05/1850), maço N14, caixa 470.

²⁶ Guiomar Maria da Silva, depoimento gravado (02/05/2002).

²⁷ Hélio Rodrigues da Cunha, depoimento gravado, (15/01/2002).

prosperidade do termo de Minas Novas, no Vale do Jequitinhonha, comarca do Serro do Frio.

Nessa região, de solos e clima adequados ao cultivo do algodão, a fiação e a tecelagem faziam dos tecidos e rendas seu principal produto, vendido tanto para a Bahia quanto para o Rio de Janeiro, de onde inclusive era exportado: “o termo de Minas Novas é bem conhecido pelos comerciantes da Europa pela excelência de seu algodão” (p. 194). Em Vila do Fanado²⁸, capital do termo, “fazem-se cobertores de algodão (...), de que uma parte se expede para o Rio de Janeiro” (p. 223). Nos arredores daquela vila, em Chapada²⁹, os moradores não produziam o algodão, mas compravam-no das redondezas, para fabricar cobertores (p. 225).

A produção de algodão e tecidos também era uma atividade importante na comarca do Rio das Mortes, que o cronista visitou em 1819 – embora não tanto quanto no Serro do Frio. A área do algodão, que se iniciava nos arredores de São João Del Rei, estendia-se por todo o Oeste da comarca, ao longo da Picada Nova de Goiás, chegando a Araxá. Em São João, Saint Hilaire assinalou que “a cultura do algodoeiro é em geral feita em vários pontos da comarca, (...) tais como Queluz (...), São João Del Rei, Vila da Campanha” (1974, p. 102). Em Pium-i, já no Oeste de Minas, nos arredores da Picada de Goiás, reparou que “seus habitantes (...) derrubam as matas dos arredores (...) e nelas plantam principalmente algodoeiros, que se dão muito bem na região” (1975 b, p. 95).

O algodão também era plantado e vendido ao Rio de Janeiro pela região de Araxá e Patrocínio. Saint Hilaire relatou que o algodão dessa região “era despachado para o Rio de Janeiro. Até Barbacena esse produto é geralmente transportado em carros de boi, que levam 80 arrobas, e a partir dessa cidade a carga é passada para o lombo de burros” (1975 b, p. 136).

Essa tradição algodoeira chegou também ao então recém-colonizado Sertão da Farinha Podre, pois Uberaba já exportava a fibra em 1819. O naturalista francês, naquela data, escreveu que “as terras da Farinha Podre são igualmente favoráveis à cultura do milho, da cana de açúcar, do feijão e *do algodão*, mas unicamente este último é exportado” (1975 a, p. 151).

Se uma parte do algodão do Extremo Oeste de Minas era exportado *in natura*, a maior parte, contudo, era usada nas manufaturas domésticas. Nisso, a região igualava-se às demais da província, onde a produção têxtil, apesar de artesanal, alcançara a auto-suficiência.

²⁸ Hoje Minas Novas

²⁹ hoje Chapada do Norte.

Casas de morada, cozinha e quintal.

A paisagem rural oitocentista do Triângulo Mineiro, que os relatos dos viajantes do início daquele século deixam entrever, resultava de um padrão de ocupação que tendia a manter praticamente desertas as chapadas, enquanto os cultivos, a moradia e o instrumental técnico de beneficiamento se situavam nos vales fluviais. Nas proximidades de Oliveira, Saint Hilaire comentou, ao chegar numa fazenda, que “como todas as outras, fica situada numa baixada” (1975 b, p. 83). No Ribeirão das Furnas, nas proximidades do Rio das Velhas, “o engenho de Furnas fica num vale profundo” (1975 a, p. 139).

Esse é o tipo de sítio no qual encontramos as fazendas mais antigas, que sobreviveram daquela época aos dias de hoje. A razão da escolha desse sítio é, essencialmente, a necessidade da água: esta era obtida pelos regos d'água, desviados dos córregos adjacentes. Além disso, a presença mais comum das terras de cultura nas matas galerias favorecia o cultivo de hortas e pomares. Dessa forma, o sítio deveria estar sempre a jusante de algum pequeno curso d'água, que pudesse ser facilmente transposto por estivas ou pinguelas. Raramente, contudo, o sítio escolhido ficava na margem de rios caudalosos, de difícil transposição e sujeito a febres malsãs.

O rego d'água era o que tornava possível não só o beber e o alimentar-se das pessoas e animais, mas também o próprio funcionamento de todo o maquinário rústico necessário aos processos de beneficiamento. Fonte de energia dos monjolos, moinhos, rodas d'água, enghocas e alambiques, a força mecânica hidráulica só era sobrepujada pela força muscular – humana e animal – na ecologia dos estabelecimentos rurais antigos.

O rego d'água era elemento onipresente nos sítios – nome dado ao conjunto formado por moradia e benfeitorias, tanto de pequenos quanto de grandes proprietários –, nos inventários do termo de Uberaba, entre 1822 e 1861. A dependência em relação ao rego d'água impunha que se localizassem todas as benfeitorias bem próximas umas das outras.

Os inventários mostram que os sítios obedeciam a um desenho básico, onde se construíam, contíguos à casa de vivenda, o curral – geralmente feito em madeira aroeira, mas podendo-se usar pedras no lugar dela –; o paiol; o monjolo; e o quintal onde, invariavelmente, constavam “arvoredos de espinhos” (laranjeiras), freqüentemente cafeeiros e bananeiras e, às vezes, jabuticabeiras. Também nesse espaço se encontravam os moinhos de fubá e as enghocas, quando o sitiante dispunha dessas benfeitorias.

Esse complexo de moradia e trabalho era cercado por aroeira ou valos, de forma a impedir a invasão do gado. Assim, o sítio de João Caetano Barbosa compunha-se, em 1832, de “pequenas casas cobertas de capim, paiol, rego d'água, monjolo, quintal, parte dele

cercado de aroeira e cafés e alguns arvoredos de espinhos, um pastinho cercado de valos unido ao mesmo quintal³⁰”.

A cozinha era uma dependência apartada da casa, normalmente descrita em separado. Por exemplo, no inventário de Maria Joaquina da Silveira lê-se “morada de casas cobertas de telhas com cozinha coberta de telhas³¹”. A cozinha, às vezes, era construída com apreço maior do que a própria casa de morada: é o que se percebe no inventário de Agma Agostinha Souza Benício, de 1843, que possuía “casas de vivenda cobertas de capim, cozinha coberta de telhas, paiol metade coberto de telhas³²”.

Ausências notáveis, nos inventários pesquisadas, foram as habitações de escravos. Do total de 167 documentos lidos, senzalas foram referidas em apenas três deles, todos proprietários de grandes plantéis de cativos. Essas habitações coletivas de escravos foram citadas somente nos inventários do capitão Antônio José de Araújo³³, senhor de 21 escravos em Dores do Campo Formoso, em 1838; no do tenente Joaquim Silva Oliveira³⁴, poderoso fazendeiro de Uberaba, dono de um plantel com 42 cativos; e no de um senhor de engenho de Carmo dos Morrinhos, capitão José de Miranda Ramalho³⁵, dono de 33 cativos. Assim, os inventários não noticiam, por exemplo, onde viviam os nove escravos de José Gonçalves Lima³⁶, em 1835, pois seu sítio foi descrito como “casas de vivenda, paiol coberto de capim com seu quintal cercado de madeira, com plantações de café, arvoredos de espinhos, curral e engenhos de pilões já velhos”, e só.

Essa ausência também foi percebida por Sheila Castro Faria, em seu estudo feito em inventários post mortem da região de Campos dos Goitacases entre os séculos XVIII e XIX. A autora aventou três hipóteses para o fato:

A primeira, e mais evidente, é que as senzalas eram tão destituídas de valor que não mereciam avaliações precisas (...). A segunda hipótese é a de que a casa dos escravos era construída por eles próprios, e de sua propriedade. (...) Mais provável, e é a terceira hipótese, é que o local onde dormiam os escravos se localizasse dentro das casas de morada do proprietário, sendo, mais uma vez, a designação plural “casas de morada” que definia não só o complexo de moradia e beneficiamento como também um lugar onde dormiam pessoas diferenciadas (1998, p. 368).

³⁰ APU, inventário de João Caetano Barbosa (24/04/1832), maço N11, caixa 470.

³¹ APU, inventário de Maria Joaquina da Silveira (02/11/1827), maço N5.

³² APU, inventário de Agma Agostinha Souza Benício (04/09/1843), maço N44.

³³ APU, inventário de Antônio José de Araújo (20/03/1838), caixa 459.

³⁴ APU, inventário de Joaquim Silva Oliveira (06/03/1839), maço N7, caixa 461.

³⁵ APU, inventário de José de Miranda Ramalho (03/08/1844), maço 2.

³⁶ APU, inventário de José Gonçalves Lima ((05/11/1835), maço N122.

Diversamente da autora, tendemo-nos mais para a segunda hipótese por ela aventada. Os relatos dos viajantes joaninos não deixam dúvidas quanto à exigüidade e precariedade das habitações sertanejas, mesmo quando pertencentes a senhores abastados. Eschwege descreveu, em Patrocínio, a Fazenda do Salitre, “que pertence a um dos mais nobre e ricos fazendeiros, que é também juiz e dedica-se à criação de gado”, o qual, não obstante, vivia numa casa onde “as paredes da moradia, pequena e baixa, feitas de barro, estavam inteiramente esburacadas. A porta estava semi-obstruída por varas, que impediam a entrada dos porcos” (1996. p. 110). Pelo menos no contexto do Extremo Oeste Mineiro, as rústicas habitações sertanejas não poderiam abrigar a família do proprietário – geralmente numerosa – e mais as famílias escravas.

Os relatos dos viajantes permitem supor que os escravos viviam em habitações unifamiliares, vizinhas à casa do proprietário, e compondo o que os documentos da época denominavam sítio. Sempre que se referiram às moradias de escravos, os cronistas falaram de choupanas ou taperas construídas nas proximidades da casa dos senhores, muitas vezes, dela pouco se diferenciando, mas sempre dela apartadas. Nas vizinhanças de Madre de Deus³⁷, no Alto Rio Grande, em 1819, Saint Hilaire assinalou que:

Descrever uma das fazendas da comarca de São João significa descrever todas, pois em geral são construídas segundo o mesmo modelo. Um muro de pedras rústicas mais ou menos da altura de um homem cerca um pasto bastante vasto, *no fundo do qual se enfileiram as choças dos escravos*, os galpões para beneficiamento ou depósito dos produtos agrícolas e a casa grande. Esta, de pau-a-pique e coberta por telhas, é construída ao rés do chão [grifos nossos] (1975 b, p. 56).

Indo em direção ao Oeste Mineiro, pela Picada de Goiás, nas proximidades da Serra da Canastra, o naturalista relatou:

Já nos limites do sertão, as casa da sede das fazendas se compõem de várias edificações isoladas, mal construídas e dispostas sem ordem, no meio das quais dificilmente se distingue a residência do proprietário. Citarei a de Dona Tomásia, localizada entre o povoado de Pium-i e a Serra da Canastra. A propriedade era de extensão considerável e vi vários escravos e gado, e numerosos porcos. Entretanto, *em meio a várias casinhas que serviam de celeiros e senzalas*, a dona da fazenda ocupava uma miserável cabana (...) [grifos nossos] (p. 75).

³⁷ Hoje Madre de Deus de Minas.

Nas proximidades de Araxá, observou sobre os fazendeiros que “as casas em que vivem são pequenas e escuras, e, mesmo nas fazendas um pouco mais prósperas, a que pertence ao dono da propriedade não se diferencia do alojamento dos escravos” (1975 b, p. 119). Em Goiás, numa fazenda próxima a Santa Luzia, “a casa do proprietário, coberta de palha, difere pouco da dos escravos” (1975 a, p. 23).

Essa hipótese de que, em muitos casos, os escravos viviam em ranchos unifamiliares vizinhos às moradas de seus senhores, já havia sido aventada por Robert Slenes (1999). Esse historiador, estudando as habitações de escravos de Campinas do século XIX, concluiu que as grandes habitações coletivas – senzalas no sentido estrito, ou senzalas-pavilhão, no dizer do autor – eram freqüentes em fazendas com grandes plantéis de cativos. Já nas fazendas com plantéis menores, mais comuns eram as habitações individuais ou unifamiliares, construídas pelos próprios escravos, sem janelas e cobertas de palha ou folha de buriti, num estilo que remonta a tradições construtivas da África Central. Rugendas (1998) retratou uma dessas habitações em um de seus desenhos. Saint Hilaire deixou uma descrição dessas moradias:

(...) se compunha de uma pequena varanda em que se cozinhava, dum casebre que não passava de um alpendre coberto de esteiras e (...) de uma pequena choça em que a luz penetrava por todos os lados pelos buracos que a terra, caindo, deixara nas paredes. (...) Seu interior era dividido em quartos por um septo formado unicamente por estacas justapostas. Uma mesa, um tamborete e vários girais ou leitos rústicos aplicados contra as paredes, formavam todo o mobiliário dessa mesquinha morada (2000, p. 169).

Dessa forma, as senzalas arroladas nos inventários post mortem de Uberaba do século XIX provavelmente se referiam às senzalas-pavilhão, isto é, habitações coletivas de cativos, já que estavam incluídas no patrimônio de senhores de grandes escravarias. Saint Hilaire, nas proximidades de Meia Ponte³⁸, em Goiás, descreveu uma dessas senzalas, numa fazenda onde o outro lado da casa do proprietário “era constituído pelos alojamentos dos escravos casados. Esses alojamentos eram cobertos de telhas e divididos em cubículos por paredes até certa altura” (1975 a, p. 98).

Outra ausência intrigante nos inventários é a das moradias de um grupo de inventariados que, a despeito disso, eram proprietários de modestos a razoáveis patrimônios rurais e mancípios. Fortunato Nogueira da Cruz³⁹, por exemplo, era dono de vinte e duas cabeças de gado, trinta e sete porcos e quatro cavalos, além da escrava Claudiana e de seu

³⁸ Hoje Pirenópolis.

³⁹ APU, inventário de Fortunato Nogueira da Cruz (27/09/1847), maço N14.

filhinho Francisco, de dois anos. Com esse rebanho, um machado e três enxadas, sustentava seus cinco filhos menores, até ser assassinado pela esposa Maria Felizarda, em 1847. A questão é: onde Fortunato trabalhava para prover sua família, já que não constam terras em seu patrimônio? E – mais importante – onde vivia até seu infeliz desfecho, já que sequer um imóvel aparece arrolado em seu inventário?

Fortunato, e como ele muitos outros roceiros do Triângulo Mineiro nos primeiros anos do século XIX, era possivelmente um agregado – termo que designava aqueles que se instalavam em terra alheia, sem ônus. Os agregados eram com frequência referidos pelos cronistas. Saint Hilaire registrou que “os fazendeiros que possuem grandes extensões de terras dão permissão aos pobres para cultivarem o que quiserem” (1975 b, p. 97).

Esses camponeses sem terra viviam geralmente nos arredores da morada do proprietário, e seus ranchos rústicos misturavam-se às choças dos escravos e às edificações das benfeitorias. Nas proximidades de Santa Luzia, o botânico francês encontrou um “sítio, que abrigava duas ou três famílias, compunha-se de algumas casinhas feitas de barro cinzento, umas cobertas de palha, outras de folhas de buriti” (1975 a, p. 22). Em Caldas Novas, no sítio de Francisco Alves, encontrou “uma dúzia de casinhas esparsas. Uma delas pertencia ao proprietário e as outras eram habitadas por escravos e agregados. Todas, porém, tinham uma aparência igualmente miserável, sendo impossível distinguir a do dono” (p. 110). Em Catalão, “paramos no Sítio do Riacho, composto de três a quatro casebres pertencentes a diferentes pessoas” (p. 123).

Existem algumas indicações nos inventários que sugerem essa disposição das habitações de agregados e escravos, dispersas nos arredores da casa do proprietário. Em alguns casos, essa referência é explícita. Por exemplo, no inventário de Maria Rodrigues da Silva⁴⁰, havia “um sítio com vários ranchos de capim, rego d’água e um monjolo, com seu quintal e arvoredos de espinho” em sua Fazenda Bagagem, em 1833. No inventário de Policarpo José de Lima⁴¹, constavam “uma casa de madeira coberta de telha (...) e outros ranchos todos cobertos de capim, já usados”.

Quanto às técnicas de edificação das moradias, os sertanejos contavam com as opções trazidas da região central da província de Minas Gerais. Em todo o Brasil, os colonos utilizaram um conjunto de técnicas de edificação (taipa de pilão, taipa de mão, adobe, alvenaria de tijolo, pedra e cal) originadas de diferentes regiões de Portugal, e trazidas por construtores ou pelos próprios imigrantes da Península Ibérica. A seleção entre uma ou outra técnica dependeu de determinantes históricos e ambientais locais, em cada região do Brasil (MELLO, 1985). Nesse caso, parece que a influência das técnicas de

⁴⁰ APU, inventário de Maria Rodrigues da Silva (5/11/1833), maço N7.

⁴¹ APU, inventário de Policarpo José de Lima (8/02/1837), maço N8, caixa 461.

edificação indígenas, inadequadas para o tipo de família nuclear luso-brasileira, restringiu-se apenas à cobertura de sapé dos ranchos (LEMOS, 1999).

Considerações finais

Vimos, neste trabalho, algumas das técnicas que compunham o sistema técnico dos imigrantes geralistas, quando da sua chegada ao Triângulo Mineiro, nas primeiras décadas do século XIX. O que se pode perceber é que sua rusticidade, se, de um lado, determinava uma baixa produtividade e obrigava a práticas extensivas, de outro, permitia reduzir a um mínimo o custo de reprodução da força de trabalho.

Esse aspecto permitia, por seu turno, que a economia regional mantivesse certa autonomia frente às crises nacionais ou mundiais, pois podia reduzir a exportação de excedentes sem que sua dinâmica interna fosse muito alterada. Mas, ao mesmo tempo, isso impunha um baixo grau de mercantilização e de liquidez na economia, o que perpetuava a concentração de riquezas.

REFERÊNCIAS

- ANTONIL, André João. **Cultura e opulência do Brasil**. Belo Horizonte: Itatiaia, 1997.
- BACELLAR, Carlos Almeida Prado; e BRIOSCHI, Lucila Reis. **Na Estrada do Anhanguera: uma visão regional da história paulista**. São Paulo: Humanitas, 1999.
- DEAN, Warren. **A Ferro e Fogo : a história e a devastação da Mata Atlântica brasileira**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- ESCHWEGE, Wilhelm Ludwig von. **Brasil, Novo Mundo**. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 1996.
- FARIA, Sheila Castro. **A Colônia em Movimento: fortuna e família no cotidiano colonial**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.
- FELTRAN FILHO, Antônio. **A Estruturação das Paisagens nas Chapadas do Oeste Mineiro**. São Paulo. Departamento de Geografia. FFCL – USP. (Tese de Doutorado), 1997.
- FRAGOSO, João Luís. **Homens de Grossa Aventura: acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro (1790-1830)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998.
- GORENDER, Jacob. **O Escravidão Colonial**. São Paulo: Ática, 1988.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de . **Caminhos e Fronteiras**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- LEMOS, Carlos A. C. **Casa Paulista: histórias das moradias anteriores ao ecletismo trazido pelo café**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1999.
- MELLO, Suzy de. **Barroco Mineiro**. São Paulo: Brasiliense, 1985
- POHL, Johann Emanuel. **Viagem no Interior do Brasil**. Belo Horizonte: Itatiaia, 1976.
- PONTES, Hildebrando. **História de Uberaba e a Civilização do Brasil Central**. Uberaba: Academia de Letras do Triângulo Mineiro, 1978.
- REATTO, Adriana; CORREIA, João Roberto; SPERA, Silvio Túlio. **Solos do Bioma Cerrado: aspectos pedológicos**. In: *Cerrado: ambiente e flora*. Planaltina: Embrapa, 1998.
- RIBEIRO, José Felipe; WALTER, Bruno Machado Teles. **Fitofisionomias do Bioma Cerrado**. In: *Cerrado: ambiente e flora*. Planaltina: Embrapa, 1998.
- RUGENDAS, Johann Moritz. **Viagem Pitoresca através do Brasil**. Belo Horizonte: Itatiaia, 1998, V.8 .

- SAINT HILAIRE, Auguste de. **Viagem à Província de Goiás**. Belo Horizonte: Itatiaia, 1975 a.
- _____. **Viagem às Nascentes do Rio São Francisco**. Belo Horizonte: Itatiaia, 1975 b.
- _____. **Viagem pelo Distrito dos Diamantes e litoral do Brasil**. Belo Horizonte: Itatiaia, 1974.
- _____. **Viagens pelas Províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais**. Belo Horizonte: Itatiaia, 2000.
- SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. São Paulo: Hucitec, 1996.
- SAUER, Carl Ortwin. **Foreword to Historical Geography**. In: *Land and Life: a selection from the writings of Carl Ortwin Sauer*. Los Angeles: University of California Press, 1967.
- SILVA, Antônio José da. **História topográfica da freguesia de Uberaba**. Uberaba: Academia de Letras do Triângulo Mineiro, 1970.
- SLENES, Robert W. **Na Senzala, Uma Flor : esperanças e recordações da família escrava, Brasil Sudeste, século XIX**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.
- TEIXEIRA, Tito. **Bandeirantes e Pioneiros do Brasil Central: história da criação do município de Uberlândia**. Uberlândia: Uberlândia Gráfica, 1970. 2 v.
- Fontes Primárias
- ARQUIVO PÚBLICO DE UBERABA, inventários *post mortem* (1822-1861).
- Geraldo Lourenço Castro. *Depoimento escrito* (02/05/2002).
- Guiomar Maria da Silva. *Depoimento gravado* (02/05/2002).
- Hélio Rodrigues da Cunha. *Depoimento gravado* (15/01/2002).